

Artigo Original

Formação Inicial em Educação Física no Brasil: trajetória dos cursos presenciais de 2000 a 2006

Carine Collet
Juarez Vieira do Nascimento
Júlio César Schmitt Rocha
Edison Roberto de Souza

Laboratório de Pedagogia do Esporte do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar a trajetória dos cursos de Educação Física no Brasil, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2006, considerando a organização acadêmica, região geográfica e número de ingressantes e concluintes. Na operacionalização do estudo foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior INEP/MEC, divulgados em 2008. Os resultados mostraram que em 2006 havia 746 cursos, sendo 63,3% ofertados pelas IES privadas. Nos anos iniciais do século XXI observou-se que a oferta de cursos de licenciatura ainda predomina na área, porém há um aumento considerável do número de cursos de bacharelado, principalmente nas IES privadas, bem como a tendência de equilíbrio no número de concluintes em ambos os cursos. De modo geral, constatou-se que a formação inicial em Educação Física tem passado por constantes transformações, partindo de uma formação generalista a uma formação específica, habilitando os profissionais para ocupar diferentes postos de intervenção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior, Organismos Nacionais de Educação Superior, Política da Educação Superior

Initial Formation in Physical Education in Brazil: Journey of Presential Courses from 2000 to 2006

Abstract: This study aimed to analyze the journey of the graduation courses of Physical Education in Brazil in period between the years from 2000 to 2006, considering the academic organization, geographic region and number of beginners and concluders. In the development of the study it was used data from College Educational Cense INEP/MEC, spread in 2008. The results showed that in 2006 there were 746 courses, 63,3% offered by particular institutions. In the initial years of the twenty-first century it was observed that the offer of teaching courses still predominates in the area, however there is an increase of the number of courses of bachelor, mainly in the particular ones, as well as the vulnerability for balance in the number of concluders in both courses. In general, it was noticed that the initial formation in Physical Education has been through constant changes, coming from generalist formation to specific formation, turning capable the professional to occupy different places for intervention in the professional market.

Key Words: Higher Education Institutions, National Organizations of Higher Education, Higher Education Policy

Introdução

Os primeiros cursos superiores de Educação Física no Brasil surgiram em torno da década de 1930, os quais habilitavam profissionais para atuarem principalmente no ambiente escolar. Naquela época, o objetivo do curso era formar instrutores de ginástica e professores de Educação Física, baseados no ideário da instituição militar (AZEVEDO; MALINA, 2004).

A evolução da oferta dos cursos de formação inicial em Educação Física, bem como dos respectivos enfoques prioritários, de acordo com MUÑOZ *et al.* (2006), era definida por meio de reformas políticas orientadas para se adaptarem aos interesses e demandas dos momentos sócio-

históricos. A partir do ano de 1939, o Decreto-Lei nº 1.212 estabeleceu o primeiro currículo mínimo para a formação profissional, com a finalidade de formar pessoal técnico em Educação Física e Esportes (HUNGER *et al.*, 2006). Na seqüência, em 1945, o currículo mínimo foi alterado com a inclusão de estudos relacionados ao comportamento humano (NASCIMENTO, 2002) adequando-se as exigências das reformas pedagógicas que ressignificaram o período e se prolongaram nos anos seguintes.

Com a promulgação da LDB em 1961, um grande impulso foi dado aos cursos de formação inicial em Educação Física. Além da obrigatoriedade da Educação Física nos cursos

primário e médio, a nova LDB orientou e ressignificou a inclusão das disciplinas de formação pedagógica, priorizando a formação do futuro educador ([HUNGER et al., 2006](#)).

A preocupação de fortalecer e homogeneizar os cursos de formação inicial, em âmbito nacional, resultou no estabelecimento e padronização da duração e da estrutura curricular por meio da Resolução 69/CFE/1969, que visava tanto à formação da licenciatura plena quanto à formação do técnico esportivo. A titulação de técnico esportivo se obtinha após a conclusão da licenciatura, com o acréscimo de duas disciplinas relacionadas ao esporte ([BRASIL/CNE/CES, 2004](#)).

Após uma década de efetivação dessa Resolução, novas exigências formativas passaram a ser requeridas. Assim, diversos encontros de discussão acerca do currículo em Educação Física foram realizados nos anos de 1979, 1981, 1982 e 1984, em diferentes cidades do país, contribuindo na elaboração de uma proposta de reestruturação dos cursos que resultou na Resolução 03/CFE/87.

A Resolução 03/CFE/87 auxiliou na consolidação dos cursos de Educação Física no ambiente acadêmico no Brasil, bem como ampliou as possibilidades de formação profissional e viabilizou a abertura de novos cursos. Embora essa reestruturação tenha contemplado a formação e atuação profissional, tanto de licenciados como de bacharéis, as novas grades curriculares não eram necessariamente distintas para as formações requeridas ([NASCIMENTO, 2002](#)).

De fato, cada Instituição de Ensino Superior (IES) organizou seu elenco de disciplinas para melhor atender os interesses e peculiaridades da região e o perfil profissional desejado, habilitando os profissionais para atuarem nos campos da educação Escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e Não-Escolar (academias, clubes, centros comunitários, condomínios, etc). Nesse contexto, de acordo com [GIMENEZ \(2004\)](#), ocorre o surgimento dos primeiros cursos de bacharelado em Educação Física, em 1980, sendo três no estado de São Paulo e um no estado de Minas Gerais.

Alguns cursos de licenciatura, ao assumirem a importância da formação específica e técnica relacionada ao gesto esportivo, mantiveram as

disciplinas técnicas em suas estruturas curriculares ([GIMENEZ, 2004](#)), contribuindo para o estabelecimento de cursos conhecidos como licenciatura ampliada ou pseudo-licenciatura ([NASCIMENTO, 2002](#)) ou cursos 'dois em um' ([GIMENEZ, 2004](#)). Tais cursos formavam profissionais por meio de uma estrutura curricular mesclada com disciplinas da licenciatura e do bacharelado, que durante anos assegurou as duas graduações por meio da Resolução 03/CFE/87 ([SAVIANI, 2005](#)).

Com a necessidade de estabelecer diretrizes curriculares para os cursos de graduação, alguns debates contaram com a participação da sociedade civil e das IES públicas e privadas ([MUÑOZ et al, 2006](#)). Dentre os fatores que levaram ao surgimento desses debates [MANOEL \(1999\)](#) destaca a composição da grade curricular do curso, já que a diversidade de disciplinas propostas contribuía para uma formação fragmentada e sem articulação mais efetiva. [GIMENEZ \(2004\)](#) aponta outro fator presente nos debates relativo à ampliação do foco de atuação dos profissionais para além da escola.

Além dessa crescente diversidade de atuação profissional, ressalta-se que alguns fatos legais marcaram a área da Educação Física desde a efetivação da Resolução 03/87 e que de certa forma, contribuíram para o aumento da procura pelos referidos cursos, tais como: a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996; a Resolução nº [218/CNS/1997](#) que reconhece o profissional da Educação Física como profissional da saúde, e a Lei nº 9.696/1998 que diz respeito à regulamentação da profissão e a conseqüente criação dos sistemas CREF e CONFEF.

As diretrizes curriculares que norteiam os cursos de licenciatura e bacharelado foram estabelecidas por meio das Resoluções nº 01/CNE/2002 e pela nº 07/CNE/2004, respectivamente ([INEP, 2006](#)). Com relação aos cursos de licenciatura em Educação Física, a Resolução 01/CNE/2002 visa fortalecer a formação do professor da Educação Básica bem como recomenda uma vinculação mais sólida entre a preparação e a realidade escolar e entre as demais áreas de formação de professores.

No que diz respeito ao curso de bacharelado, houve a necessidade de uma releitura dos objetivos e perfis profissionais, assim como na

adequação dos conhecimentos e habilidades profissionais que fazem parte do curso (FÁVARO, 2006). Além disso, a preocupação com formação de um profissional generalista para intervir fora do setor educacional, “porém sem perder o foco da formação de um sujeito crítico, contextualizado e ciente da sua condição de educador” (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Atualmente, os cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física são ofertados em todas as regiões do Brasil por IES públicas e privadas. As instituições diferenciam-se considerando a sua organização acadêmica (universidades, faculdades, centros universitários, faculdades integradas, escolas e institutos), pela categoria administrativa (pública e privada) e pela subcategoria administrativa (federal, estadual e municipal nas públicas e particular, comunitária, confessional e filantrópica nas privadas) (INEP, 2006).

A partir desse contexto, o presente artigo teve como objetivo analisar a trajetória da oferta de cursos presenciais de licenciatura e bacharelado em Educação Física no Brasil, durante os primeiros anos do século XXI (período de 2000 a

2006). Para tanto, foi necessário identificar o número de cursos de graduação em Educação Física, considerando a organização acadêmica e a região geográfica das IES. Além disso, evidenciar a evolução da oferta de cursos de licenciatura e bacharelado, bem como apontar a relação entre ingressantes e concluintes nas IES públicas e privadas.

Na operacionalização deste estudo utilizaram-se informações disponibilizadas na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), a qual contempla os dados do Censo da Educação Superior, divulgados e atualizados em 2008.

A investigação compreendeu as IES públicas e privadas que ofereciam cursos de licenciatura e bacharelado presencial nas regiões norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste do Brasil. Além disso, as IES corresponderam ao total de cursos superiores de Educação Física oferecidos no Brasil, incluindo as Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas e Institutos, e Escolas Técnicas.

Tabela 1. Distribuição dos cursos de Educação Física nas regiões do Brasil em 2006, de acordo com a categoria administrativa.

	<i>Licenciatura (%)</i>	<i>Bacharelado (%)</i>	<i>Total (%)</i>
Norte			
Pública	32 (91,4)	3 (8,4)	35 (100)
Privada	8 (66,7)	4 (33,3)	12 (100)
Total	40 (85,1)	7 (14,9)	47 (100)
Nordeste			
Pública	101 (97,1)	3 (2,9)	104 (100)
Privada	20 (55,5)	16 (44,5)	36 (100)
Total	121 (86,4)	19 (13,6)	140 (100)
Sudeste			
Pública	41 (69,5)	18 (30,5)	59 (100)
Privada	170 (59,4)	121 (41,6)	291 (100)
Total	211 (60,3)	139 (39,8)	350 (100)
Sul			
Pública	28 (62,2)	17 (37,8)	45 (100)
Privada	69 (63,9)	39 (36,1)	108 (100)
Total	97 (63,4)	56 (36,6)	153 (100)
Centroeste			
Pública	30 (96,8)	1 (3,2)	31 (100)
Privada	13 (52)	12 (48)	25 (100)
Total	43 (76,8)	13 (23,2)	56 (100)
Total	512 (68,6)	234 (31,4)	746 (100)

Resultados

No ano de 2006, constatou-se a presença de um total de 746 cursos de Educação Física presenciais no Brasil, sendo que 274 (36,7%)

situavam-se nas IES públicas e 472 (63,3%) nas IES privadas. Ou seja, dois terços dos cursos existentes estão sob a responsabilidade formativa de IES da categoria administrativa privada.

Enquanto que a Licenciatura prevalece com a oferta de 512 cursos (68,6)%, distribuídos entre IES públicas (45,3%) e privadas (54,7%), os cursos de bacharelado totalizam 234 (31,4%), cuja maior oferta concentra-se em IES privadas (82,1%).

Os dados da Tabela 1 apresentam a oferta de cursos presenciais de licenciatura e bacharelado em Educação Física no ano de 2006, distribuídos entre regiões geográficas e de acordo com a categoria administrativa (IES públicas e privadas), revelando a conjuntura dos cursos de Educação Física no Brasil, segundo dados do último Censo da Educação Superior do INEP.

Nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, os cursos de licenciatura concentram-se em maior número nas IES públicas, tanto federais quanto estaduais e municipais. Em contrapartida, os cursos de licenciatura das regiões sul e sudeste

apresentam-se, em sua maioria, distribuídos nas IES privadas, tanto particulares quanto comunitárias, filantrópicas ou confessionais.

Os cursos de bacharelado distribuem-se, majoritariamente, nas IES privadas em todas as regiões do Brasil, principalmente nas regiões sul e sudeste, onde se observa o maior número de IES com administração privada em comparação às outras regiões. Em contrapartida, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, as instituições com administração pública se sobrepõem ao número de instituições com administração privada.

A análise da oferta dos cursos, considerando a organização acadêmica das IES (Tabela 2), agrupou as faculdades integradas, escolas, centros federais de educação e institutos isolados em uma só categoria, denominada faculdades.

Tabela 2. Distribuição dos cursos de Educação Física nas regiões do Brasil em 2006, de acordo com a organização acadêmica.

	<i>Licenciatura (%)</i>	<i>Bacharelado (%)</i>	<i>Total (%)</i>
Norte			
Universidades	29 (90,6)	3 (9,4)	32 (100)
Centros Universitários	3 (60)	2 (40)	5 (100)
Faculdades	8 (80)	2 (20)	10 (100)
Nordeste			
Universidades	97 (95,1)	5 (4,9)	102 (100)
Centros Universitários	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Faculdades	22 (61,1)	14 (38,9)	36 (100)
Sudeste			
Universidades	100 (58,8)	70 (41,2)	170 (100)
Centros Universitários	41 (51,3)	39 (48,7)	80 (100)
Faculdades	70 (70)	30 (30)	100 (100)
Sul			
Universidades	66 (64,1)	37 (35,9)	103 (100)
Centros Universitários	13 (72,2)	5 (27,8)	18 (100)
Faculdades	18 (56,3)	14 (43,7)	32 (100)
Centro-oeste			
Universidades	30 (83,3)	6 (16,7)	36 (100)
Centros Universitários	3 (50)	3 (50)	6 (100)
Faculdades	10 (71,4)	4 (28,6)	14 (100)

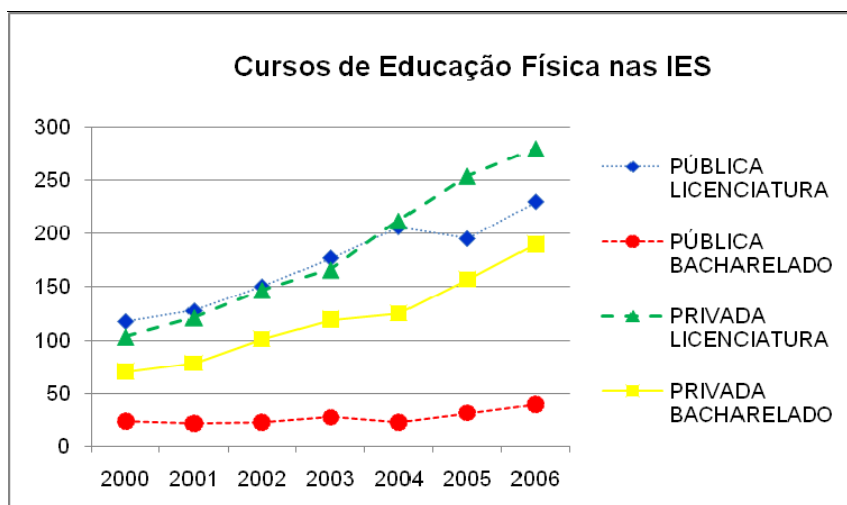
Os dados da Tabela 2 revelam que, em todas as regiões geográficas, o número de cursos é superior nas universidades em comparação com as demais organizações acadêmicas. Os centros universitários são os que possuem o menor número de cursos de Educação Física, e que se encontram, em sua maioria na região sudeste.

A região sudeste é a que apresenta maior número de cursos, seguidos pelas regiões sul e nordeste. Além disso, o número de cursos de

licenciatura se destaca em todas as organizações acadêmicas.

A análise da trajetória de oferta de cursos de Educação Física no período de 2000 a 2006 (Figura 1) mostra que houve um aumento considerável no número de cursos de licenciatura em Educação Física, tanto nas IES públicas quanto nas privadas. Já os cursos de bacharelado tiveram aumento maior de sua oferta nas IES privadas.

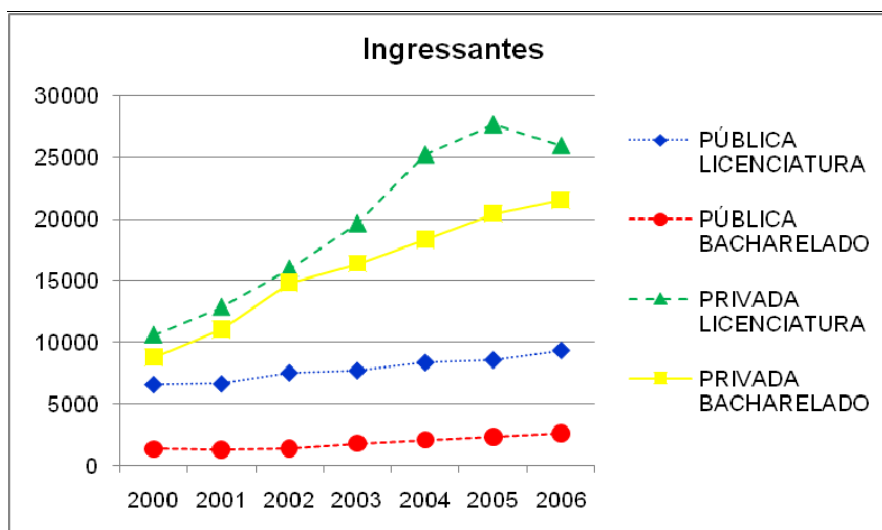
Figura 1. Oferta de cursos de licenciatura e bacharelado nas IES públicas e privadas no período de 2000 à 2006.



Observou-se que, em 2000 os cursos de licenciatura concentravam-se mais nas IES públicas (117) em comparação às IES privadas (103). Em contrapartida, no ano de 2006, constatou-se uma inversão dos valores, em que o maior número de cursos de licenciatura era ofertado nas IES privadas (280) em comparação às IES públicas (230).

Com relação aos cursos de bacharelado, as IES privadas apresentaram maior aumento na oferta dos cursos (274,3%), passando de 70 cursos no ano 2000 para 192 cursos em 2006. Este aumento não foi tão expressivo (166,7%) nas IES públicas, pois passou de 24 no ano 2000 para 40 em 2006.

Figura 2. Ingressantes nos cursos de Educação Física nas IES públicas e privadas, no período de 2000 a 2006.



No período que compreende os anos 2000 a 2006, os aumentos mais expressivos aconteceram nas IES privadas. O número de ingressantes nos cursos de licenciatura aumentou de 10.614 para 25.056, já no

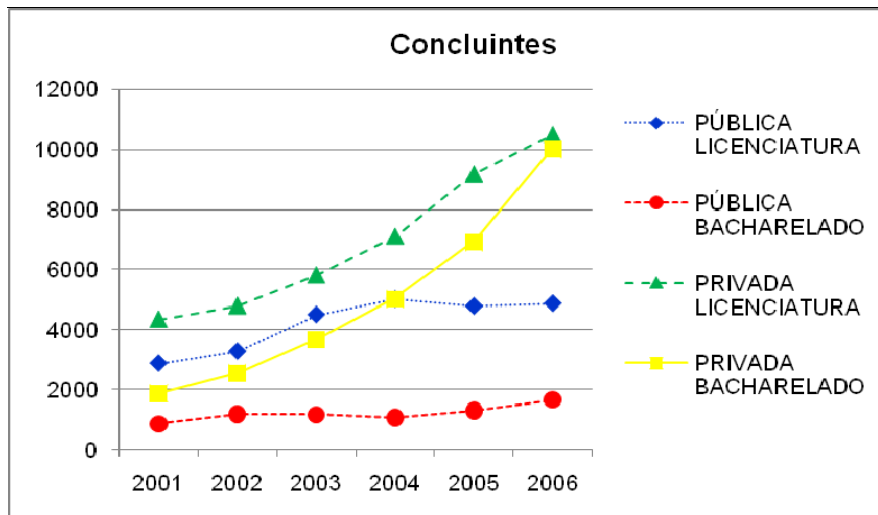
bacharelado, os ingressantes passaram de 8.777 para 21.563. As IES públicas apresentaram um aumento similar entre os ingressantes dos cursos de licenciatura e de bacharelado, embora o

aumento tenha sido maior nos cursos de licenciatura.

O número de concluintes das IES públicas e privadas, tanto dos cursos de licenciatura quanto dos cursos de bacharelado, também aumentou no decorrer do período observado (Figura 3). Enquanto que em 2000 concluíram o curso de Educação Física em torno de 10 mil estudantes, no ano de 2006 foram 27.093 concluintes no Brasil.

Assim como o número de cursos ofertados, o número de ingressantes também teve aumento considerável no decorrer dos anos (Figura 2). Enquanto que em 2000 havia um total de 27.383 ingressantes nos cursos de Educação Física oferecidos no Brasil, o número de ingressantes passou em 2006 para 59.586, representando um importante aumento na procura pelos cursos.

Figura 3. Concluintes nos cursos de Educação Física nas IES públicas e privadas, no período de 2000 à 2006.



Um aspecto a destacar é que o maior aumento no número de concluintes ocorreu nos cursos de bacharelado das IES privadas, atingindo em 2006 aproximadamente o mesmo número de concluintes que nos cursos de licenciatura nas mesmas instituições. Enquanto que a tendência (período 2000 a 2006) é de estabilização do número de concluintes nos cursos de licenciatura das IES públicas, já a tendência é de continuar aumentando os concluintes dos cursos de bacharelado das IES privadas, que passaram de 889 em 2001, para 1671 em 2006.

Discussão

Os resultados encontrados revelaram que a metade dos cursos presenciais em Educação Física concentra-se na região sudeste do Brasil, a qual apresenta proporcionalmente a maior densidade demográfica do país, ou seja, 84,23 hab/Km² (IBGE, 2007). O aumento da oferta dos cursos de graduação em Educação Física na região sudeste se dá pela alta concentração da população nesta região, tendo em vista a

necessidade social de profissionais qualificados no setor de prestação de serviços (NEIRA; ETO, 2005). Tal fato também pode ser explicado pela grande concentração de IES nesta região, onde no ano de 2004 representava quase a metade (49,7%) do total de IES do Brasil (RISTOFF; HERTER, 2006).

As regiões Norte e Centro-oeste foram aquelas que apresentaram menor número de cursos, também proporcionalmente à sua densidade demográfica (3,79 e 8,23 hab/Km², respectivamente - IBGE, 2007), e ao número de IES presentes nessas regiões (RISTOFF; HERTER, 2006).

O número de cursos de licenciatura se destaca em todas as organizações acadêmicas e regiões do país, o que pode ser explicado pela forte tradição da atuação do profissional de Educação Física no contexto da escola, bem como a criação mais recente dos cursos de bacharelado. Nesse contexto, embora o Conselho Nacional de Educação tenha iniciado em 2001, o processo de definição das diretrizes curriculares

para os cursos específicos de licenciatura e bacharelado, as diretrizes curriculares dos cursos de bacharelado em Educação Física foram estabelecidas somente no ano de 2004 ([HUNGER et al., 2006](#)).

De modo geral, observou-se um maior aumento dos cursos presenciais de Educação Física nas IES privadas, tendo em vista a maior disponibilidade de obtenção de recursos financeiros que facilitam a implantação e desenvolvimento do curso. Outro fato a destacar é o elevado crescimento das IES privadas em todo o Brasil. Enquanto que no período de 2000 a 2004 houve um aumento médio de 11% nas IES públicas, nas IES privadas foi de 100,7% ([RISTOFF; HERTER, 2006](#)).

A nova LDB de 1996, a qual permitiu diferentes possibilidades de organizações acadêmicas (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas e instituições) e a maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, impulsionou significativamente o surgimento de novas IES ([HUNGER et al., 2006](#)). No país inteiro, observou-se um crescimento de IES pós-LDB de 118,3% ([RISTOFF; GIOLO, 2006](#)), passando de 922 (211 públicas e 711 privadas) no ano de 1996 para 2013 (224 públicas e 1789 privadas). No que se refere aos cursos de Educação Física, no período de 1991 a 1996, observou-se um aumento de 29,9% (117 para 152) de cursos no Brasil, após a LDB esse aumento passou para 206,5% (153 para 469) no período de 1996 a 2004 ([INEP, 2006](#)).

Os cursos de graduação no Brasil, segundo o Censo da Educação Superior de 2004, totalizaram 18.644 cursos, sendo 33,7% alocados nas IES públicas e 66,3% nas IES privadas ([INEP, 2005](#)). Situação similar observou-se nos cursos superiores de Educação Física, onde no ano de 2006 eram 746 cursos espalhados pelas regiões do país, em que 36,7% encontravam-se nas IES públicas e 63,3% nas IES privadas. Tais dados podem ser explicados pela atual situação do sistema educacional do país, em que se observa que as elevadas taxas de crescimento da educação no setor privado são decorrentes da lógica de expansão do mercado, visando atender as demandas da sociedade. Além disso, observa-se que cada vez mais o Estado tem renunciado o papel de agente executivo de políticas públicas para a educação ([RISTOFF; HERTER, 2006](#)),

impulsionando a privatização do ensino e abrindo caminho cada vez maior para a exploração econômica da população.

Para atender as demandas de profissionais especializados no mercado de trabalho, tem-se aumentado o número de pessoas que procuram a educação superior, a fim de buscar também uma oportunidade de ascensão social e melhoria da qualidade de vida. Em decorrência disso, observa-se um aumento bastante expressivo na procura pelos cursos superiores, inclusive de Educação Física.

Assim como a maior oferta de cursos de graduação, houve acréscimo também no número de alunos ingressantes na educação superior do setor privado. Dos 1.303.110 ingressantes em 2004 nos cursos superiores de todo o Brasil, somente 22% deste total corresponderam às IES públicas ([RISTOFF; HERTER, 2006](#)). Os resultados são bastante similares nos cursos de Educação Física, sendo que apenas 19,5% dos ingressantes em 2004 eram das IES públicas, e no ano de 2006 somente 20,2% do total de 59.586 ingressantes estiveram nas IES públicas.

Tendo em vista a concorrência cada vez maior por uma vaga nas IES públicas, muitos alunos acabam tendo como opção as IES privadas, onde a concorrência é menor e há maiores possibilidades de ingresso no ensino superior. Em contrapartida, apesar do elevado número de cursos oferecidos por instituições privadas, alguns ingressantes encontram problemas em seguir a periodização regular do curso, pois são impossibilitados devido a elevada demanda financeira exigida nessas instituições. Tais indicativos apontam para a necessidade dos alunos buscarem alternativas para a permanência nestas IES, como a jornada dupla de trabalho e estudo ([NASCIMENTO, 2002 e 2006](#)).

Com relação ao número de concluintes dos cursos de Educação Física, constatou-se um aumento expressivo tanto dos cursos de licenciatura quanto de bacharelado das IES privadas, o qual parece acompanhar o crescimento da oferta de cursos nestas instituições no decorrer do período observado. No ano de 2006 concluíram o curso de Educação Física 27.093 estudantes, sendo apenas 24,2% nas IES públicas, cujo percentual situa-se abaixo daquele apresentado no cenário nacional ([RISTOFF; HERTER, 2006](#)), nomeadamente

31,5% dos 626.617 estudantes eram oriundos de IES públicas.

Tendo em vista o aumento observado, tanto na oferta de cursos, quanto no número de ingressantes e de concluintes dos cursos superiores de todas as áreas do conhecimento, inclusive da Educação Física, surge a inquietação acerca da qualidade desses cursos. Neste contexto, o grande desafio se encontra em conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e diminuir as desigualdades sociais (SINAES, 2007). Além disso, há necessidade de aprofundar as discussões sobre a relação da formação inicial e o mercado de trabalho (BARROS, 2006; NASCIMENTO, 2002; OLIVEIRA, 2000 e 2006; SOEIRO, 2006), bem como das especificidades e complementaridades das estruturas curriculares da formação de licenciados e bacharéis em Educação Física (BRASILEIRO, 2008; CORREA, 2009; FILUS; MARTINS JR., 2004; MENDES et al., 2006; ROSSI; HUNGER, 2008; RINALDI; PAOLIELLO, 2008).

Considerações Finais

Por meio da análise dos dados apresentados pôde-se observar que a área da Educação Física tem passado por constantes mudanças, em que a principal diz respeito ao foco de sua formação profissional. Em décadas anteriores, o foco principal era de uma formação generalista, que abrangia diversas subáreas em um mesmo curso. No decorrer dos anos houve a passagem para uma formação mais específica, a qual visa habilitar os profissionais para determinados enfoques, relacionadas à atuação no ambiente escolar e fora dele.

O número de cursos de Educação Física no Brasil tem aumentado gradualmente, com disponibilidades diferentes de vagas em cada curso, o que conseqüentemente tem aumentado também o número de ingressantes e de concluintes no decorrer dos anos. O aumento no número de cursos ofertados está diretamente ligado ao aumento na demanda e interesse pela área, justificados frequentemente pela elevada abrangência do mercado de trabalho, a necessidade de ascensão social e de melhoria na qualidade de vida pessoal e da população.

Observou-se ainda o predomínio da oferta de cursos de licenciatura, visto que a criação dos cursos de bacharelado constitui uma iniciativa

mais recente. De maneira geral, embora tenha aumentado o número de cursos de bacharelado nos primeiros anos do século XXI, principalmente nas IES privadas, os cursos de licenciatura ainda apresentam maior número de ingressantes. Apesar do número de ingressantes ser maior nos cursos de licenciatura do que nos cursos de bacharelado, os dados mostraram que há uma tendência ao equilíbrio no número de concluintes licenciados e bacharéis em Educação Física nos últimos anos.

O aumento no número de ingressantes nas IES privadas parece estar associado às necessidades do mercado e ao interesse que a área desperta. Tal fato justifica também o aumento no número de cursos e número de ingressantes e concluintes nos cursos de bacharelado, que tem crescido consideravelmente nestas instituições.

A distribuição dos cursos de Educação Física por região geográfica do Brasil está diretamente associada à densidade demográfica de cada região, pois visa atender as demandas dos cursos de maneira geral. Além disso, os maiores centros urbanos apresentam maiores possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, embora a concorrência também seja maior, exigindo cada vez mais qualificação profissional.

Por fim, as evidências encontradas revelam a necessidade de maiores investimentos do setor público em todas as etapas da formação educacional. Desta maneira, acredita-se que deve haver melhora na qualidade do ensino da educação básica ao ensino superior, refletindo-se na oferta de cursos de Educação Física, o que possibilitaria o acesso da população ao ensino superior gratuito, qualificando ainda mais a sociedade como um todo.

Referências

AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, 129-142, 2004. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/231/233>>. Acesso em 20 nov. 2008.

BARROS, J. M. C. Profissão, regulamentação profissional e campo de trabalho. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D (Org.). **Formação profissional em educação física: estudos e**

pesquisas. Rio Claro: Biblioética, 2006. p. 245-250.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Histórico do processo da elaboração das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://cevs.org.br/biblioteca/parecer-cne-ces-0058-2004>. Acesso em: 2 out. 2008

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 218, de 06 de março de 1997**: reconhece o profissional da Educação Física como pertencente à área da saúde. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/conselho/resol97/res21897.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: da concepção à regulamentação. Brasília: INEP/MEC, 2007. v. 4.

BRASILEIRO, L. T. O ensino da dança na Educação Física: formação e intervenção pedagógica em discussão. **Motriz**, Rio Claro, v. 14, n. 4, p. 519-528, 2008. Disponível em <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/motriz/article/view/2140/1912>>. Acesso em 15 fev. 2009.

CORREA, E. A. Formação acadêmica e intervenção profissional de Educação Física no âmbito lazer. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p.132-142, 2009. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/motriz/article/view/2318/2225>>. Acesso em 15 fev. 2009.

FÁVARO, P. E.; **NASCIMENTO**, G. Y.; **SORIANO**, J. B. O conteúdo da intervenção profissional em Educação Física: o ponto de vista de docentes de um curso de formação profissional. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 02, p. 199-221, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2901/1537>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

FILUS, J.; **MARTINS JÚNIOR**, J. Reflexões sobre a formação em Educação Física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3424/2448>>. Acesso em 10 nov. 2008.

GIMENEZ, R. Preparação profissional em Educação Física: chegamos na idade adulta. **Dialogia**, São Paulo, v. 3, p. 75-86, 2004. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/dialogia/article/viewFile/857/735>>. Acesso em 15 jul. 2008.

HUNGER, D.; **NASCIMENTO**, J. V.; **BARROS**, M. V. G.; **HALLAL**, P. C. A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde: Educação Física. In: **HADDAD**, A. E.; **PIERANTONI**, C. R.; **RISTOFF**, D.; **XAVIER**, I. M.; **GIOLO**, J.; **SILVA**, L. B. (Org.) **A trajetória dos cursos de Graduação na Saúde 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006. p. 87-139.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007**. Brasília: **IBGE**, 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2004**. Resumo Técnico. Brasília: **INEP/MEC**, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004**. Brasília: **INEP/MEC**, 2006, v. 3.

MANOEL, E. J. A dinâmica do estudo e promoção da atividade motora humana: transição de fase na EEF-UEM. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, p. 103-118, 1999. Disponível em: <http://www.usp.br/eef/rpef/v13n1/v13n1p103.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2008.

MENDES, E.; **NASCIMENTO**, J. V.; **NAHAS**, M. V.; **FENSTERSEIFER**, A.; **JESUS**, J. F. Avaliação da formação inicial em Educação Física: um estudo Delphi. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 53-64, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3372/2399>>. Acesso em 15 fev. 2009.

MUÑOZ, H.; **SILVA**, R. H. R.; **ALVES**, T. S.; **SANTOS**, D. B.; **BERTOLDI**, A. P. F. Reforma curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física: contribuições dos professores das redes públicas de ensino. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 231-248, 2006. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/171/158>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

NASCIMENTO, J. V. **Formação profissional em Educação Física**: contextos de desenvolvimento curricular. Montes Claros: Unimontes, 2002.

NASCIMENTO, J. V. Formação do profissional de Educação Física e as novas diretrizes: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: **SOUZA NETO**, S. **HUNGER**, D. (Org.). **Formação**

profissional em Educação Física. Rio Claro: Biblioética Editora. 2006. p. 59-75.

NEIRA, M. G.; ETO, J. Centralização e descentralização: uma análise das políticas públicas de Educação Física. **Educação e Sociedade**, Várzea Grande, v. 1, n. 2, p. 21-32, 2005.

OLIVEIRA, A. B. Mercado de trabalho em Educação Física e a formação profissional: breves reflexões. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, Brasília, v. 8, n. 4, p. 45-50, 2000. Disponível em: <<http://www.boletimef.org/biblioteca/638/Mercado-de-trabalho-em-educacao-fisica-e-a-formacao-profissional-brevs-reflexoes>>. Acesso em 15 fev. 2009.

OLIVEIRA, A. B. A formação profissional em Educação Física: legislação, limites e possibilidades. In: SOUZA NETO S, HUNGER D. (Org.) **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas.** Rio Claro: Biblioética, 2006. p. 17-32.

ROSSI, F.; HUNGER, D. A. C. F. Formação acadêmica em Educação Física e intervenção profissional em Academias de Ginástica. **Motriz**, Rio Claro, v.14 n.4, p.440-451, 2008. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/motriz/article/view/2154/1940>>. Acesso em 05 nov. 2008.

RINALDI, I. P.; PAOLIELLO, E. Saberes ginásticos necessários à formação profissional em Educação Física: encaminhamentos para uma estrutura curricular. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 227-243, 2008. Disponível em <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/127/136>>. Acesso em 05 nov. 2008.

RISTOFF, D.; HERTER, M. Educação Superior em Santa Catarina 1991-2004. In: RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Org.) **Educação Superior Brasileira 1991-2004: Santa Catarina.** Brasília: INEP, 2006. p. 21-61.

RISTOFF, D.; GIOLO, M. A educação superior no Brasil – Panorama Geral. In: RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Org.) **Educação Superior Brasileira 1991-2004: Santa Catarina.** Brasília: INEP, 2006. p. 13-20.

SAVIANI, D. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/>>. Acesso em: 05 nov. 2008.

SOEIRO, M. I. P. Educação física, profissão e mercado. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Org.) **Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas.** Rio Claro: Biblioética, 2006. p. 257-264.

Endereço:

Carine Collet
R. Sebastião Laurentino da Silva, 126. Apto 707-
Bremen. Bairro: Córrego Grande,
Florianópolis SC Brasil
88037-400
Telefone: (48) 9919.3402
Fax: (48) 3721.8562
e-mail: ca_collet@hotmail.com

Recebido em: 18 de maio de 2009.

Aceito em: 2 de julho de 2009.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)